



MEIO AMBIENTE

Incêndios consomem cerrado e Amazônia

Dados do Inpe mostram 1º semestre ruim para os dois biomas, com expressivo crescimento da devastação em relação a 2021

A Amazônia e o cerrado registraram aumento no número de queimadas. De acordo com o levantamento do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) — órgão que faz parte da estrutura do Ministério da Ciência e Tecnologia —, 7.533 focos de incêndio foram registrados na floresta no primeiro semestre deste ano, crescimento de 17% em comparação com o mesmo período de 2021. Em relação ao cerrado, foram 10.869 registros, 13% maior que o dos seis primeiros meses do ano passado.

Os últimos 30 dias foram particularmente ruins para a Amazônia, quando 2.562 focos fizeram do mês o pior junho desde 2007. No Cerrado, houve 4.239 registros, aumento de 1,4% em relação ao ano passado.

No último dia 23, o presidente Jair Bolsonaro (PL) proibiu, por meio de decreto, o uso do fogo em todo o país pelos próximos 120 dias — as autorizações para a queimada voltada à prática agrícola estão suspensas. Mas, mesmo assim, isso não melhora a imagem do atual governo, pois desde o primeiro ano da gestão os números da devastação do meio ambiente só têm crescido. Historicamente, os anos eleitorais têm os maiores índices de desmatamento e queimadas.

Além disso, maio e junho marcam o início da temporada de queimadas e desmatamento na Amazônia por causa do período mais seco na floresta. Pesquisadores já trabalham com a tendência de que a quantidade de pontos de incêndios tenha um aumento ainda maior neste mês e no próximo.

Porém, dados do Programa Queimadas, do Inpe, trazem outros maus resultados. Há duas semanas, levantamento do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) apontou que, nos cinco primeiros meses de 2022, a Amazônia Legal registrou recorde de desmatamento e em 151 dias derrubou 3.360km² de floresta. A área desmatada é a maior em 15 anos e os municípios mais afetados são, respectivamente, Apuí (AM), Altamira

(PA), Lábrea (AM), Novo Progresso (PA) e Novo Aripuanã (AM).

Já os números obtidos pelo Deter — o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real, do Inpe — atualizados até o último dia 24, mostravam que mesmo faltando uma semana para fechar o mês, este já é o pior junho registrado desde o início do monitoramento do bioma. Foram 752km² desmatados.

A área sob alerta de desmatamento em junho de 2022 aumentou 55% em comparação ao mesmo mês de 2021. Segundo o Deter, quando analisados os alertas de desmatamento desde o início do ano, constata-se que este é o pior primeiro semestre (ainda incompleto) desde o lançamento do sistema de monitoramento. Foram 3.750km², crescimento de 4% em relação ao mesmo período de 2021.

Seca favorece

No caso do cerrado, a situação é pior do que na Amazônia, pois registrou mais pontos de queimadas em junho do que a floresta: 4.239 focos, o maior número para o mês desde 2016, quando foram detectados 6.443.

Para piorar o panorama do bioma, a temporada de seca já começou e dados históricos do Inpe apontam que deve haver ainda mais queimadas nos próximos três meses. O recorde para junho é de 7.079 focos de incêndio, verificado em 2003. A média histórica para junho é de 3.760.

“Há falta de apoio do governo para os órgãos de preservação e proteção do meio ambiente, sobretudo em relação à falta de recursos. O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais), por exemplo, está sem esse apoio. E, ao mesmo tempo, a gente vê um fomento da exploração. Pessoas do governo apoiam o garimpo e a substituição da floresta por áreas de pastagem. Isso aumenta a grilagem e, por consequência, o desmatamento”, afirmou o ambientalista Alexandre Gontijo. (Colaborou Isabel Dourado, estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi)

Ed Alves/CB/D.A Press



Cerrado apresentou situação mais grave que a da Amazônia. Registrou mais pontos de queimadas em junho do que a floresta: 4.239 focos

Preservação dos oceanos une 150 países

» VICENTE NUNES
CORRESPONDENTE

Lisboa, Portugal — A Organização das Nações Unidas (ONU) assumiu uma série de compromissos para tentar conter a rápida destruição da vida marinha. Depois de cinco dias de debates na Conferência dos Oceanos, a instituição multilateral divulgou a Carta de Lisboa, em que lista proposições assumidas por mais de 150 países, entre eles o Brasil — que teve participação tímida no evento — para enfrentar os desafios cada vez maiores na questão climática.

“Estamos profundamente alarmados com a emergência global que enfrenta o oceano. O nível do mar está subindo, a erosão costeira está piorando e o

oceano está mais quente e mais ácido. A poluição marinha está aumentando a um ritmo alarmante; um terço dos estoques de peixes são superexplorados; a biodiversidade continua a diminuir e aproximadamente metade de todos os corais vivos foi perdido, enquanto as espécies invasoras representam uma ameaça significativa aos ecossistemas”, alerta a Carta.

Segundo a ONU, embora tenha havido progressos no cumprimento de algumas metas assumidas pelos países recentemente, as ações não estão avançando na velocidade ou na escala necessária. “Lamentamos profundamente nosso fracasso coletivo em atingir as metas que venceram em 2020, mas renovamos nosso compromisso de tomar

medidas urgentes e cooperar nos níveis global, regional e sub-regional para atingir todas as objetivos o mais rapidamente possível, sem demora injustificada”, ressalta o documento.

Povos originários

Na avaliação da ONU, além de jovens e mulheres, os povos originários — muitas vezes deixados de lado — terão papel vital na preservação dos oceanos. O documento exorta que seja reconhecido “o importante papel do conhecimento, da inovação e das práticas tradicionais e locais desempenhados pelos povos indígenas e de comunidades locais”.

A ONU ressalta que as metas assumidas pelos mais de 150 países que participaram da

Conferência têm como base a ciência. Mais de 6 mil participantes, incluindo 24 chefes de Estado e de governo, e mais de 2 mil representantes da sociedade civil, participaram da conferência. Houve um consenso em defesa de ações urgentes e concretas para enfrentar a degradação acelerada dos oceanos.

“A Conferência foi um enorme sucesso”, exultou o subsecretário-geral dos Assuntos Jurídicos e Conselheiro Jurídico das Nações Unidas, Miguel de Serpa Soares. “Deu-nos a oportunidade de destacar questões críticas e gerar novas ideias e compromissos. Mas, também, lançou luz sobre o trabalho que ainda resta, e a necessidade de o ampliar e aumentar a ambição para a recuperação do nosso oceano”, ressaltou.

CULTURA

Imortais recusam prêmio dado a bolsonarista

» FERNANDA STRICKLAND

O escritor, poeta e tradutor Marco Lucchesi e o professor emérito da UFRJ Antonio Carlos Secchin, ambos imortais da Academia Brasileira de Letras (ABL), recusaram-se receber a Ordem do Mérito do Livro, entregue pela Biblioteca Nacional (BN). Eles rejeitaram a comenda depois de saberem que apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL), como o deputado Daniel Silveira (PTB-RJ), também seriam agraciados.

Secchin justificou a recusa afirmando que não se sentiria bem compartilhando uma medalha, como a do Mérito do Livro, com pessoas que, provavelmente, “não veem no livro mérito nenhum”.

“Quando aceitei a medalha, supunha que ela seria entregue a pessoas que, como no meu caso, tivessem vivência com a Biblioteca Nacional e com o universo do livro. Porém, pelo que soube há pouco, a cerimônia vespertina se constituirá na celebração de uma única diretriz política, agraciando pessoas sem relação com livros, biblioteca e cultura”, criticou.

Incômodo

Lucchesi também deixou claro que se sentia incomodado em ser agraciado com uma comenda que seria entregue também para pessoas que não têm relação com a cultura e com a visão do atual governo sobre o setor.

“Convidado a receber a

Zeca Ribeiro/Agência Câmara



Intelectuais sentiram incômodo em receber comenda dada a Silveira

medalha da Biblioteca Nacional, e estando longe do país, acabo de saber que a mesma medalha será destinada, dentre outros, ao

presidente da República e a alguns de seus mais fiéis seguidores. Por isso mesmo, não tenho condições de recebê-la”, tuitou.

Segundo o escritor, aceitar a medalha “seria referendar Bolsonaro, que disse preferir um clube ou estande de tiro a uma biblioteca”. “Agradeço, mas não posso aceitar”, completou Lucchesi.

A rejeição de ambos foi provocada, sobretudo, porque a Biblioteca Nacional confirmou que Daniel Silveira seria homenageado com a comenda. “Recusei porque não sabia que Silveira seria agraciado, assim como outros nomes bolsonaristas receberiam a medalha”, admitiu.

O deputado foi condenado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), por ameaças aos ministros da Corte. Ele até dormiu no Plenário da Câmara dos Deputados por se recusar a colocar uma tornozeleira eletrônica. Sua pena, porém, foi perdoadada por meio de indulto concedido por Bolsonaro, publicado em 21 de abril — menos de 24 horas depois de ser condenado a mais de oito anos de prisão.

» Cartilha sobre aborto contestada

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, mandou intimar o presidente Jair Bolsonaro (PL) e o Ministério da Saúde a prestarem informações no âmbito de ação que contesta a cartilha que alega que “todo aborto é um crime”. Entidades de pesquisa sustentam que o governo federal desinforma e restringe casos de aborto legal — o procedimento é permitido em casos de estupro, risco de morte da gestante e anencefalia do feto. As autoras da ação (Sociedade Brasileira de Bioética, Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Centro Brasileiro de Estudos de Saúde e Associação Rede Unida) pedem que seja declarada inconstitucional a cartilha do ministério, que fere o Código de Processo Penal (CPP).